

PELO FIM DOS CAICs

Os centros de ensino podem virar escolas convencionais. Relatório do governo mostra que o modelo não dá mais bons resultados

Cleber Praxedes
Da equipe do **Correio**

Programa de campanha do ex-governador Leonel Brizola que foi aproveitado em 1990 no *Projeto Minha Gente* do ex-presidente Fernando Collor, passou pelo governo Itamar Franco e teve continuidade no atual governo, os Centros de Atendimento Integral à Criança (-CAICs) estão em dificuldades. O programa acaba de ser bombardeado por técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado à Secretaria de Planejamento, e em auditoria/pesquisa realizada pelo Tribunal de Contas da União (-TCU) junto aos diretores dos Centros e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

Os governos Collor, Itamar e Fernando Henrique investiram R\$ 1,5 bilhão nos 444 CAICs construídos até hoje, dos cinco mil previstos pelo Programa Nacional de Atenção Integrada à Criança e ao Adolescente (Pronaica), sucessor do Minha Gente.

Na pesquisa feita pelo TCU, a pedido do ministro Marcos Villaça, foi verificado que é consideravelmente baixo o índice de funcionamento dos oito subprogramas introduzidos nos CAICs. Ainda mais baixo é o percentual de unidades que adotam o atendimento integral, com turno de oito horas (menos de 5% dos 251 CAICs pesquisados que responderam aos questionário).

Os técnicos do Ipea José Amaral Sobrinho e Marta Maria de Alencar também realizaram um estudo sobre o funcionamento dos CAICs e têm ressalvas. Para eles, o programa deveria se voltar para a melhoria dos serviços básicos de educação, saúde e assistência já existentes, em vez de priorizar a implantação de novas estruturas.

“O elevado custo dos CAICs, a complexidade de sua estrutura física e de serviços, bem como o ônus das secretarias de Educação equacionarem sua gestão, sinalizam que o programa teria poucas chances de ser um instrumento para superar os problemas das crianças e adolescentes desfavorecidos”, afirmam os técnicos do IPEA.

BALANÇO

Os auditores do TCU Carlos Cesar Modena, Alexandre Cardoso Veloso e Antônio Newton Soares de Matos concordam com o ponto de vista dos técnicos do IPEA: “O balanço das realizações dos CAICs não apresenta um resultado muito expressivo, indicando que esta não é a me-

lhior forma de resolver, ou mesmo minimizar, os problemas das crianças e adolescentes no Brasil e que o Programa possuía objetivos muito superiores às suas possibilidades”.

Para os auditores do TCU, considerando que os CAICs possuem um alto custo de financiamento, que sobrecarrega o orçamento das prefeituras e governos estaduais, a tendência é que eles passem a funcionar cada vez mais como escolas convencionais, adotando, eventualmente, um ou outro subprograma.

No trabalho de pesquisa, os auditores constataram, no entanto, que os CAICs apresentam um ponto positivo: “Alguns talvez até tenham professores e funcionários em excesso. Faltam, contudo, recursos humanos mais preparados e treinamento para capacitar pessoal existente”, afirmam.

PESQUISA

A auditoria/pesquisa do TCU ouviu diretores das unidades e os secretários estaduais e municipais de Educação. Eles foram questionados se, tendo em vista os custos de construção, manutenção e funcionamento dos CAICs, consideravam que tenha valido a pena o investimento.

As secretarias de Educação são mais críticas do que as administrações dos CAICs, especialmente as secretarias estaduais. Enquanto 78% dos CAICs e 68% das secretarias municipais consideram que valeu a pena o investimento, apenas 27% das secretarias estaduais têm essa opinião.

O resultado da auditoria levou o ministro Marcos Villaça a criticar a política social do governo. “Numa conjuntura como a que o Brasil atravessa, onde as dificuldades econômicas convivem com a pobreza endêmica e a fome atinge metade da população, a política social tem de ser, algumas vezes, política de emergência, mas sempre política de seriedade”.

No Ministério da Educação, assessores do ministro Paulo Renato explicaram que a participação deles nas construções dos CAICs foi só de acabar com as obras que tinham sido iniciadas. “Oitenta e sete unidades estavam para ser concluídas”, disse um assessor. Ele lembrou que o MEC, nos primeiros dias do atual governo, interrompeu a construção de novas unidades, decidindo apenas pela conclusão das que já tinham sido iniciadas e encerrando, dessa forma, o Programa Nacional de Atenção Integrada à Criança e ao Adolescentes.

Adauto Cruz



Sem atendimento integral, as 1,4 mil crianças matriculadas no CAIC de Valparaíso ainda convivem com o péssimo estado de conservação do Centro